



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES
no Parlamento Europeu

EUROPA

SUPLEMENTO DO



FOTO: S&D

**ANTÓNIO COSTA
COM O GOVERNO PSD/CDS
ANDÁMOS 13 ANOS PARA TRÁS** PÁG. 3

**COMISSÃO EUROPEIA APROVA
UNIÃO DA ENERGIA** PÁG. 3

**ELISA FERREIRA E ANA GOMES
ANALISAM PRÁTICAS FISCAIS AGRESSIVAS
DE PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA** PÁG. 3

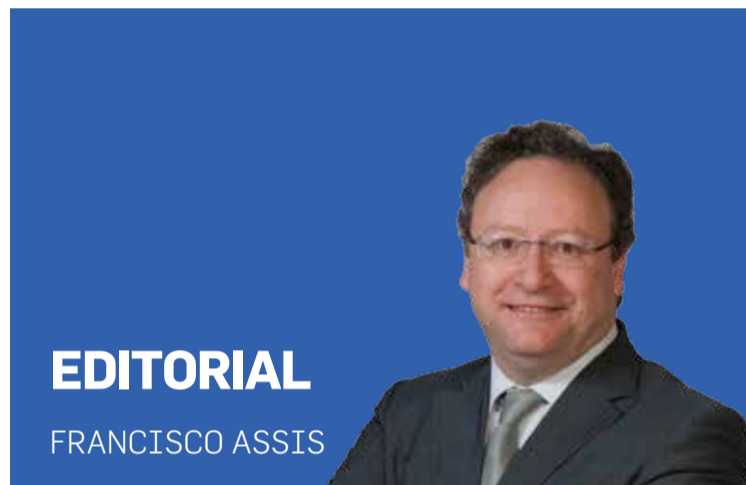
OPINIÃO

NUM MUNDO IDEAL LILIANA RODRIGUES PÁG. 2

**ONDE ESTÁ A EUROPA NA LUTA
CONTRA A GUERRA E O TERRORISMO?** ANA GOMES PÁG. 3

ENTREVISTA

MARIA JOÃO RODRIGUES
**EXISTEM DIVERGÊNCIAS ENTRE ESTADOS MEMBROS,
ATÉ AGORA NUNCA VISTAS** PÁG. 4



EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS

“Essa mudança dificilmente seria possível sem o esforço dos socialistas em estabelecer compromissos

O Secretário-geral do PS, António Costa, esteve recentemente numa reunião do grupo S&D, em Bruxelas, onde fez um profundo e correcto diagnóstico dos problemas europeus e portugueses: referiu-se ao processo de adaptação à moeda única, à entrada da China na OMC e ao alargamento a Leste como os três desafios a que num curto espaço de tempo as economias periféricas como Portugal tiveram de responder; denunciou os desequilíbrios entre Estados membros, que só poderão ser resolvidos se atribuirmos à UE maior capacidade orçamental; chamou a atenção para a necessidade de reformas estruturais que vão muito para além da resolução conjuntural dos problemas orçamentais. António Costa não deixou, porém, de valorizar a mudança de orientação política que se tem verificado desde as últimas eleições europeias e que muito se deve ao trabalho que o grupo S&D tem desenvolvido. Medidas como o Plano de Investimentos Europeu, a leitura inteligente do Tratado Orçamental, o aprofundamento da União Económica e Monetária e o programa de compra massiva de obrigações soberanas por parte do BCE (Quantitative Easing) auspiciam uma nova estratégia centrada no crescimento económico e na criação de emprego. A Europa, ainda que lentamente, tem vindo a mudar no sentido de responder à crise económica e social com que se confronta. Essa mudança dificilmente seria possível sem o esforço dos socialistas em estabelecer compromissos que permitam alterar o rumo das políticas comuns sem pôr em causa o projecto europeu. É importante que o digamos.

OPINIÃO
NUM MUNDO
IDEAL

LILIANA RODRIGUES



“ Em outros cantos do mundo, renovados e cruéis atentados contra os direitos mais básicos das mulheres são prática constante

Fosse este um mundo ideal e não precisaríamos de estudos e relatórios sobre o empoderamento das mulheres. Fosse este um mundo ideal e não haveria um Dia Internacional da Mulher e este meu texto seria de todo redundante. Um mundo assim seria o melhor dos mundos. Ou estaria lá perto.

Mas este não é um mundo perfeito. Celebramos o "Dia da Mulher" e não há órgão de informação que não nos lembre o quão especial são as mulheres e o que seria do mundo sem elas. Não conseguimos evitar que tudo isso nos soe a prémio de consolação. Se há um "Dia da Mulher", deveria ser um dia de reflexão, por tudo aquilo que ficou aquém e sobre a melhor forma de recuperar o tempo perdido e fazer o que é justo.

Todos os anos se produzem inúmeros estudos, estatísticas e relatórios nacionais e internacionais acerca de tudo aquilo que as mulheres não lograram alcançar: um salário igual por trabalho igual, uma licença de maternidade condigna, capacidade de decisão, divisão de responsabilidades na vida doméstica e familiar, independência financeira, o direito a dispor do seu corpo em termos sexuais e reprodutivos.

Dir-me-ão que estamos bem melhor que há cinquenta anos. Estamos. Mas foi um progresso demasiado lento. E isto, se nos circunscrevermos aos países ditos ocidentais, porque em outros cantos do mundo, renovados e cruéis atentados contra os direitos mais básicos das mulheres são prática constante: a mutilação genital feminina, os crimes de honra, os casamentos forçados, a submissão ao homem, as violações, o tráfico de mulheres e a sua utilização como armas de guerra, entre tantos outros. Os direitos humanos deverão ser sempre a primeira prioridade da UE nas suas relações externas.

Dentro da União Europeia podemos começar por investimento sério numa educação livre de todo o estereótipo. Interessa alterar uma atitude entranhada há muito e essa não é uma tarefa fácil. Pela sua capacidade de mexer com milhões de pessoas e criar modelos, ajudaria de forma significativa o reforço do papel das mulheres no cinema, na maioria dos desportos ditos de massas e na ciência e na investigação.

A pertinência da introdução de quotas deverá ser avaliada, pese embora os argumentos contra, muitos deles partindo de mulheres. Agora há quotas para tudo, dizem, acenando com o luminoso conceito do "mérito". Tudo é uma questão de mérito, replicam, se a mulher tiver mérito não há porta que se feche. Mas não se pode falar de meritocracia quando o ponto de chegada é o mesmo mas os pontos de partida são diferentes.



FOTO: PARLAMENTO EUROPEU

Elisa Ferreira
e Ana Gomes
analisam
práticas
fiscais
agressivas de
países da UE

Elisa Ferreira e Ana Gomes integram a nova Comissão Especial do Parlamento Europeu (PE) encarregue de analisar as práticas fiscais agressivas de vários Estados membros da União Europeia. As duas deputadas foram indicadas pelo grupo parlamentar dos Socialistas e Democratas Europeus, o segundo maior do PE, para integrar uma Comissão criada no seguimento das revelações dos acordos fiscais celebrados entre empresas multinacionais e o Luxemburgo - mais conhecidas por "LuxLeaks".

Esta Comissão terá a missão de analisar a conformidade

dos acordos fiscais de vários países e outras práticas fiscais agressivas com o direito europeu, e dispõe de um prazo de seis meses, prorrogável, para emitir as suas conclusões e recomendações.

"O problema da fraude e evasão fiscal é um dos temas em que a União Europeia mais tem de avançar rapidamente, porque a fuga ao fisco transforma a carga fiscal que incide sobre os cidadãos numa injustiça brutal", defende Elisa Ferreira.

Para Ana Gomes, "a selva fiscal em que os Estados membros da UE competem entre si, oferecendo impostos cada

vez mais baixos às grandes empresas, distorce o mercado interno e ameaça o projeto europeu, comprometendo a sua sustentabilidade económica, social e política. Espero que a Comissão Especial exponha a perversão de parceiros europeus funcionarem como paraísos fiscais para empresas de outros, fazendo pressão sobre o Conselho e a Comissão Europeia para avançarem na harmonização fiscal".

De acordo com a Comissão Europeia, a evasão fiscal representa cerca de um bilião (milhão de milhões) de euros por ano.

União da energia aprovada
pela Comissão Europeia

O quadro estratégico relativo ao pacote da energia e do ambiente, cujo objetivo é concretizar uma União da Energia que seja sustentável, de baixo carbono e respeitadora do ambiente, foi já aprovado pela Comissão Europeia.

A estratégia do pacote propõe um sistema integrado de energia que se estenda a toda a Europa, na qual a energia possa circular livremente entre fronteiras, baseada num melhor e mais eficiente uso de recursos. Para tal, será necessário criar um mercado integrado que possibilite ultrapassar as barreiras atualmente existentes nos 28 Estados membros da União, e incentivar uma integração activa, de forma fomentar a coesão energética, eliminando as chamadas "ilhas"

energéticas, entre as quais se inclui a própria Península Ibérica. Principais objetivos traçados pela União: ser o líder mundial em energias renováveis, dispondo de 20% de energia derivada de fontes renováveis na oferta energética até 2020, e 27% em 2030; aumentar a eficiência energética para 27% até 2030, com a intenção de rever a meta para os 30%, em 2020; atingir 10% de interconectividade na produção elétrica instalada entre Estados membros até 2020, estando a Comissão a preparar medidas para conseguir os 15%. O novo pacote apresenta uma oportunidade para Portugal. Se corretamente aplicado, terminará o isolamento elétrico da Península Ibérica e possibilitará a capitalização do grande inves-

timento português em energias renováveis. Portugal tem neste pacote a oportunidade de aumentar a exportação energética, aproveitando os recursos endógenos sustentáveis que atualmente dispõe. O novo pacote perspetiva também a criação de um hub energético para a Península Ibérica que possibilitará não apenas um aumento da competitividade mas também uma maior segurança de abastecimento energético. Recorde-se que Carlos Zorrinho desde o início do seu mandato no Parlamento Europeu bateu-se fortemente por esta iniciativa, perspetivando a sua importância para Portugal, pois permite que o nosso país passe a exportar o excesso da energia que produz.



António Costa em Bruxelas com eurodeputados do S&D

António Costa participou na sessão plenária do Grupo dos Socialistas e Democratas (S&D) no Parlamento Europeu (PE), onde desafiou a família socialista a construir em conjunto uma alternativa sólida para o futuro da União Europeia.

O Secretário-geral do PS foi o convidado do Grupo Parlamentar dos Socialistas & Democratas do Parlamento Europeu para liderar o debate sobre a situação política em Portugal e na Europa que decorreu no início deste mês. Durante este encontro, o líder do PS abordou os desafios que se colocam a Portugal e à Europa, nomeadamente as mudanças necessárias para a reorientação da política europeia. Enunciou as iniciativas e contributos que os socialistas europeus têm vindo a protagonizar e a impulsionar na União Europeia, designadamente o Fundo Europeu de Investimento Estratégico (Plano Juncker), o desenvolvimento da União Bancária, a interpretação flexível e inteligente do Tratado Orçamental, sem esquecer a nova orientação da

política económica do Banco Central Europeu.

Sobre Portugal, António Costa enfatizou as palavras de Gianni Pittella, líder dos socialistas e democratas no Parlamento Europeu, que na abertura deste debate lembrou que o Governo "de direita português conseguiu fazer mais e pior do que a troika".

Andámos 13 anos para trás

Para o Secretário-geral do PS, o resultado dos três anos da governação PSD/CDS está à vista, "400 mil portugueses perderam os seus postos de trabalho, retomámos um ciclo de emigração como não tínhamos desde os anos 60", sem esquecer que o PIB recuou ao nível de 2001. "Andámos 13 anos para trás", frisou.

António Costa deixou uma mensagem de esperança para o futuro, lembrando que o Partido Socialista está já a trabalhar para vencer as eleições legislativas em Portugal. Martin Schulz, presidente do Parlamento Europeu e deputado eleito do S&D foi um dos participantes nesta reunião especial do Grupo S&D cons-

tituído por 192 deputados dos 28 países da UE.

Também em Bruxelas, António Costa reuniu-se com a delegação portuguesa dos eurodeputados socialistas, num encontro que contou com a presença de Ana Catarina Mendes, responsável pelo acompanhamento dos assuntos europeus na direção do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República.

António Costa aproveitou este encontro para ouvir os deputados, conhecer melhor o trabalho que estão a desenvolver, recolher ideias e contributos para a preparação do futuro programa de governo socialista e ainda fazer o balanço da última reunião em que participou em Madrid, a qual juntou os líderes socialistas europeus. O futuro da Europa e de Portugal foi o pano de fundo da reunião entre António Costa e os deputados socialistas no PE, onde foram abordados temas como a energia, a educação, a justiça, inovação, o plano de investimento Juncker, o falhanço do programa da troika, agricultura e pescas, entre outros.

FOTO: S&D

OPINIÃO ONDE ESTÁ A EUROPA NA LUTA CONTRA A GUERRA E O TERRORISMO?

ANA GOMES



“ A falta de vontade política dos governos europeus para responder às ameaças à nossa própria segurança é alarmante

A União Europeia encerrada sobre si mesma, às voltas com a tragédia grega (que é europeia e não só grega) sobre quem paga o quê para garantir a sobrevivência do Euro, é a mesma que não consegue extinguir ou sequer conter as crises perigosamente incendiadas em seu redor, desde o conflito armado com a Rússia que se desenrola na Ucrânia à guerra na Síria, no Iraque e na Líbia. A vizinhança está a arder e os da casa, da União Europeia, continuam embrenhados em disputas estereis, desatentos e incapazes de apagar os fogos galopantes no exterior.

Os europeus podem preparar-se para o pior: vivem hoje numa Europa alemã, em escalada de "bullying", projectando-se como potência relutante, com fortíssimos interesses económicos e comerciais mas sem visão geoestratégica, com escasso apego a princípios e objectivos fundadores da União e ténue memória das rivalidades que fizeram do Velho Continente palco de duas guerras mundiais.

Sem mudança de fundo a União Europeia afunda-se: precisa desesperadamente de mais e mais democrática integração política e de adequada sustentação do Euro - dois eixos da acção e coordenação interna que só podem cumprir-se em paralelo e articuladamente; na frente externa, precisa urgentemente de acção determinada, robusta e ancorada nos princípios para ajudar a extinguir conflitos à sua porta. Acção interna e acção externa são interdependentes, influenciam-se mutuamente. Uma sem a outra não serve, não tem eficácia e compromete a própria credibilidade da União aos olhos dos seus cidadãos e aos olhos do mundo.

A falta de vontade política dos governos europeus para responder às ameaças à nossa própria segurança é alarmante. Precisamos, por isso, de política externa europeia capaz, assente numa efectiva Política Comum de Segurança e Defesa. A proposta ressuscitada pelo Presidente Juncker de criação de um exército europeu pode ser desejável, mas não é para já concretizável, precisamente pela ausência de vontade política para um passo que mexe directamente no mais fundo e que resta das soberanias nacionais. Bastaria porém que a UE levasse à prática o que já prevê no quadro das PESC e da PCSD: ser, de facto, capaz de agir na sua vizinhança e além dela de acordo com aquilo que diz querer ser, um fornecedor de segurança global, pondo a funcionar a máquina que o Tratado de Lisboa ajudou a reforçar: acção coordenada, capacidades militares e civis partilhadas, articulação das políticas e orçamentação de capacidades de defesa a nível europeu, de maneira a evitar duplicações inúteis, que mais não são do que desbaratar dinheiro dos contribuintes.

Precisamos, e temos ao nosso alcance, de um mercado europeu de defesa, que funcione com regras de transparência exigentes e compatíveis com o Mercado Interno e que fomente uma Base Tecnológica e Industrial europeia com autonomia estratégica. Mas isto tudo só acontecerá se os Estados membros convergirem numa reorientação estratégica da política externa da UE. Nunca a Europa e os europeus estiveram tanto em perigo, depois da II Guerra mundial.

ENTREVISTA MARIA JOÃO RODRIGUES
VICE-PRESIDENTE DO GRUPO S&D

“Existem divergências entre Estados membros, até agora nunca vistas”



FOTO: PARLAMENTO EUROPEU

A UE dá sinais tímidos de mudança. Estabilidade e consolidação orçamental cedem à narrativa do crescimento e emprego. O que mudou na política europeia?

O "policy mix" europeu está a evoluir para incorporar a preocupação com o investimento, no entanto, a pressão para os Estados membros continuarem as reformas conservadoras e para reequilibrarem os seus orçamentos demasiado rapidamente permanece. Falta ainda a preocupação em restaurar a procura, o que só será possível através da redução das desigualdades sociais e do combate à pobreza.

Quais os problemas com que se confronta a União Económica e Monetária?

A União Económica e Monetária (UEM) enfrenta desafios profundos e, tal como está desenhada, não é sustentável, a não ser que haja um esforço para uma maior convergência. Primeiro, há um risco real de estagnação económica de longo prazo, combinando níveis insuficientes de investimento com taxas de desemprego elevadas e um aumento brutal da pobreza e da exclusão social. Além disso, existem divergências entre Estados membros, até agora nunca vistas, na esfera financeira e económica, situação que está a provocar sérias divergências sociais e políticas, que podem ter resultados imprevisíveis para o futuro da própria União Europeia. Aliás, já começam a verificar-se alguns sinais

preocupantes, com o aumento do extremismo e do sentimento antieuropeu.

Pode-se afirmar hoje, que há um "efeito Grécia" que condiciona o neoliberalismo europeu?

Há um braço de ferro entre o neoliberalismo europeu que tem vigorado nos últimos anos e uma expressão clara de rejeição por parte do povo grego. Mas esta rejeição está a ser canalizada em direção a propostas que não têm sido negociadas de forma credível pelo Governo grego. É preciso um programa de compromisso que não coincide com algumas reivindicações irrealistas do Syriza, mas que também não é o programa do passado, porque esse fracassou. A nossa posição é que a

Grécia tem de continuar na zona Euro e precisa de uma solução diferente da que tem sido seguida até aqui, que não seja negociada pela 'troica', mas sim pela Comissão e pelo Conselho, com supervisão do Parlamento Europeu. É fundamental dar à Grécia a possibilidade de gerir a sua dívida, assim como mais tempo para a consolidação orçamental para que o Governo de Atenas possa fazer os investimentos e as reformas necessárias. Estas reformas devem ser diferentes das impostas no passado, passam por um sistema de cobrança de impostos mais justo e eficaz, pelo aumento da competitividade (aqui com destaque para as PME) e, na área social, para uma reforma do serviço de saúde que garanta cuidados a toda a população.

Em que medida o PSE é hoje alternativa para o futuro da Europa?

A família socialista tem pugnado por soluções alternativas mas credíveis, assentes na retoma do crescimento, puxada pelo investimento, e um rigor orçamental que abra espaço ao investimento para a criação de emprego de futuro e que garanta a sustentabilidade do Estado social. Neste contexto, é inaceitável a posição do Governo português, recusando uma atitude construtiva num momento em que se abre a possibilidade de negociar um plano alternativo para a Grécia. Portugal devia desenvolver toda uma argumentação para que as questões da convergência sejam tratadas como centrais na atual discussão sobre o futuro da UEM, mas não apenas orçamental, mas também na possibilidade dos Estados membros investirem, de criarem emprego e de aproximarem os padrões sociais. O caso grego, mas também o português, é uma expressão dos problemas mais gerais da UEM. Precisamos de propostas ativamente alternativas. Já vimos que com este Governo não haverá uma mudança de atitude na frente europeia, esta situação só poderá ser ultrapassada quando o PS for Governo.

B R E V E S

■ **FRANCISCO ASSIS** deslocou-se este mês a Brasília para participar na 22ª edição do Fórum Brasil – Europa que se realizou sob o tema "Brasil e União Europeia – Parceiros na Política Mundial". Além da participação no Fórum, Francisco Assis aproveitou a sua passagem pela capital do Brasil para se deslocar ao Palácio Planalto onde reuniu-se com membros do governo de Dilma Rousseff, e esteve também com o líder do principal partido da oposição brasileira Aécio Neves, que perdeu as eleições presidenciais de 2014.

■ **MARIA JOÃO RODRIGUES**, Vice-presidente do Grupo S&D, reuniu-se com os Ministros socialistas do emprego e assuntos sociais, para uma troca de pontos de vista sobre a reforma da União Económica e Monetária (UEM). A atual crise expôs de maneira evidente as lacunas da UEM no que toca à sua governação. A Análise Anual do Crescimento para 2015, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e a recente nota apresentada por Jean-Claude Juncker confirmam esta ideia e a necessidade de uma maior coesão e defesa dos indicadores sociais no âmbito da governação socioeconómica. Os ministros reiteraram o seu compromisso de reforçar a dimensão social da UEM, de modo a que esta aborde de maneira mais eficaz questões fundamentais, como a pobreza, a exclusão social e o desemprego.

■ **CARLOS ZORRINHO**, na qualidade de coordenador do grupo S&D na delegação Euro-

lat, participou na reunião da Assembleia Parlamentar ACP-UE que decorreu no Panamá de 16 e 19 de março. No contexto da visita, o Eurodeputado aproveitou para visitar o Canal do Panamá, cuja reabertura constitui para Portugal grandes oportunidades no domínio da logística. Realizou-se no passado dia 11 de março a primeira reunião do Fórum Latino-Americano criado no quadro do grupo S&D, no qual tomaram palavra Gianni Pittella, líder do grupo, e Carlos Zorrinho, membro efetivo da delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana. Entretanto, Carlos Zorrinho integra o Conselho Superior do Conselho Português do Movimento Europeu, após as eleições realizadas no início deste mês.

■ **ELISA FERREIRA** dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia sobre o recente acordo de interconexão energética entre Portugal, Espanha e França. "Como é que a Comissão Europeia poderá garantir que estes acordos, essenciais para o mercado interno europeu da energia, não ficarão pelo caminho, sob pressão dos lobbies, como aconteceu com os anteriores? Sendo o mercado interno da energia um objetivo prioritário da União Europeia, qual o compromisso e o nível de financiamento europeu, nomeadamente através do EFSI (o chamado Fundo Juncker) que estes projetos poderão obter?". Esta questão foi apoiada e assinada também pelos deputados socialistas Carlos Zorrinho, Ana Gomes, Pedro Silva Pereira e Ricardo Serrão Santos.

■ Numa intervenção nos "Diálogos sobre o Ártico", conferência promovida pela Green Peace Internacional, **RICARDO SERRÃO SANTOS** afirmou que "para alguns de nós o Ártico pode ter parecido longínquo e intangível. Infelizmente, tal como outras áreas selvagens do nosso planeta, o Ártico está a ficar sob os holofotes pelas piores razões". Para o eurodeputado açoriano "a situação no Ártico é particularmente complexa quer ao nível das mudanças climáticas quer dos programas políticos". O eurodeputado participou ainda, na ilha de São Miguel, no "Iº Fórum do leite", uma organização do Governo dos Açores com o objetivo analisar os novos desafios que se colocam à produção, à transformação e à comercialização do leite dos Açores após o desmantelamento do regime de quotas leiteiras.

■ **ANA GOMES** decidiu recorrer da decisão do Juiz de Instrução que indeferiu o pedido de abertura de instrução, que a eurodeputada tinha apresentado em janeiro, sobre o processo dos submarinos. A deputada socialista, que é Assistente no processo, discorda do entendimento do Juiz de Instrução e considera que "os factos já apurados pelo Ministério Público - reiterados no despacho do Juiz - são de excepcional gravidade", justificando, por isso, que a investigação prossiga para cabal apuramento da verdade.

■ **PEDRO SILVA PEREIRA** participou a 27 de março, no Centro Cultural de Belém, em

Lisboa, no colóquio sobre as negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) entre a União Europeia e os Estados Unidos. Além do ponto de situação dos últimos desenvolvimentos nas negociações para o TTIP e dos pontos de vista do Parlamento Europeu que acompanha de perto o processo negocial em curso, o colóquio vai debater as oportunidades e os riscos do TTIP para a União Europeia e em particular para Portugal. A este respeito, Pedro Silva Pereira tem defendido que, apesar de o TTIP ter um potencial económico e estratégico muito importante para Portugal, importa acautelar desde já pontos sensíveis nas negociações e tem exigido que o Governo, com o envolvimento das empresas, dos sindicatos e dos consumidores, salvaguarde antecipadamente os interesses portugueses.

■ **LILIANA RODRIGUES** visitou os países baixos no âmbito de uma avaliação da comissão do desenvolvimento Regional. Esta visita teve como objetivo a avaliação da aplicação dos fundos europeus. Liliana Rodrigues apresentou em Bruxelas o relatório "Empowering Girls Through Education". Este relatório, que foi assumido por várias organizações como tema principal nas comemorações do Dia Internacional da Mulher 2015, foi redigido pela eurodeputada socialista que é responsável pelas Comissões de Desenvolvimento Regional, de Direito das Mulheres e Igualdade de Género, de Direitos Humanos e de Cultura.